

11 A 13
DE DEZEMBRO
DE 2024

EVENTO PRESENCIAL
NA UFRPE RECIFE



2º Congresso Internacional de Agroecologia
e Desenvolvimento Territorial (CIADT)
11º Seminário de Agroecologia e
Desenvolvimento Territorial (SEADT)

TEMA

Agroecologia política, sistemas alimentares e transições agroecológicas



Formação de educadores populares pela soberania alimentar como potencial sensibilizador de pessoas na Região Metropolitana do Recife

Alice Helena Victor Avelino da Silva. Graduanda em Serviço Social; Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); **E-mail:** alice.victor@ufpe.br.

Eduarda Samanta Reis Araújo. Residente em Gestão Pública; Universidade de Pernambuco (UPE); **E-mail:** samandareis@hotmail.com. **Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/8619662123444956>; **Orcid:** 0000-0003-1551-0479.

Jacqueline da Silva Virginio. Graduanda em bacharelado em Serviço Social; Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); **E-mail:** jacqueline.virginio@ufpe.br.

Luís Fernando Antunes Pivotto. Graduando em licenciatura em filosofia; Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); **E-mail:** luis.pivotto@ufpe.br.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento.

1 Introdução

A soberania alimentar, definida como o direito das pessoas decidirem sobre a organização da produção e consumo de alimentos de forma sustentável e autônoma, apresenta-se como uma pauta urgente em um contexto global marcado pela concentração dos meios de produção, desigualdades sociais e degradação ambiental (Guerra, 2022). O modelo de produção capitalista, ao priorizar o agronegócio e a acumulação de riquezas, viola o direito de escolha humana e contribui para a exclusão de comunidades vulneráveis, para a insegurança alimentar e para a perda da diversidade agrícola e cultural. Nesse cenário, a construção coletiva do conhecimento surge como alternativa para a promoção de práticas que integrem justiça social, sustentabilidade ambiental e fortalecimento das economias locais.

Com o intuito de fortalecer o debate sobre essa temática, este trabalho apresenta o processo de formação de educadores populares como uma estratégia potencial para sensibilizar pessoas sobre a importância da soberania alimentar, promovendo o engajamento coletivo e a

reflexão crítica. A experiência foi realizada por meio do Projeto de Extensão “Universidade e Movimentos Sociais pela Soberania Alimentar: Organização Popular, Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas”, desenvolvido pelo Movimento Camponês Popular (MCP) em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), entre agosto de 2023 e agosto de 2024.

Entre as principais iniciativas do projeto, destaca-se a construção do X Seminário Nacional de Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas (XSENASEC), realizado em 2023, no campus da UFPE. Os resultados do seminário impulsionaram o planejamento e a execução do curso “Formação de Educadores Populares pela Soberania Alimentar”, que integrou temas como questões agrárias, racismo, patriarcado, capitalismo e educação popular em encontros presenciais na Região Metropolitana do Recife. Essas ações foram fundamentadas na troca de saberes para construir coletivamente conhecimentos e práticas voltadas à transformação social.

Ao sensibilizar os participantes para a importância da soberania alimentar e fortalecer práticas educativas fundamentadas na coletividade, o curso expressou o potencial de iniciativas que articulam sociedade, economia e construção de conhecimento para enfrentar desafios estruturais. Isso levou os participantes a refletirem sobre como práticas formativas e coletividade podem fomentar mudanças sociopolíticas profundas, incentivando-os a atuarem como agentes de mudança em suas comunidades em Pernambuco, promovendo a soberania alimentar como pauta central para o desenvolvimento territorial, sustentável e equitativo.

2 Referencial teórico

Pensar uma educação que se oponha à ideologia neoliberal, atendendo às necessidades da população excluída dos direitos básicos e promovendo a formação de sujeitos críticos e conscientes, é um desafio que posiciona a educação popular como uma prática essencial e transformadora (Tonet, 2000). Nessa relação, a educação popular tem atuado historicamente em conjunto com as classes populares, configurando-se como um instrumento de emancipação e construção de uma consciência crítica.

Para Freire (1999), as classes populares são detentoras de um saber não valorizado, são excluídas do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade, o que evidencia a urgência de construir uma educação a partir do conhecimento do e com o povo, permeada pela leitura crítica da realidade na ótica dos oprimidos. Essa compreensão perpassa as relações sociais e históricas, fomentando a consciência de classe para possibilitar aos oprimidos o rompimento com sua condição de opressão

Por efeito, a articulação entre educação popular e agroecologia desponta como um campo fértil para a construção de práticas pedagógicas alimentares que dialoguem com a

realidade das populações. Segundo Jesus (2006), a agroecologia tem sido reafirmada como ciência, prática social, movimento e luta política que vem ganhando mais centralidade, seja na luta dos camponeses, povos tradicionais e originários pela reprodução de suas condições sociais, seja no debate sobre a saúde, economia, soberania alimentar e um novo projeto societário (Jesus, 2006).

Paul Singer (2002) complementa essa discussão sobre um novo projeto societário ao apresentar a economia solidária como um modelo econômico de atividades organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão. Essa economia sublinha a apropriação coletiva dos meios de produção, a gestão democrática das decisões por seus membros, a deliberação coletiva sobre os rumos da produção, utilização dos excedentes e a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização econômica (Singer, 1998). Logo, configura-se como uma resposta às contradições geradas pela exclusão social e desemprego estrutural, promovidos pelo neoliberalismo.

Em consonância, Almeida (2002) reforça a necessidade de educar para um modelo de agricultura que inclua os excluídos, que amplie os postos de trabalho, promova o desenvolvimento das comunidades e direcione a produção para garantir condições de vida digna para todos, respeitando os limites da natureza. A interface entre agroecologia, economia solidária, soberania alimentar e educação popular emerge como eixo central para a construção de práticas pedagógicas alternativas e socialização de conhecimentos (Campello, 2018).

Essas abordagens seguem a perspectiva da transformação da realidade, considerando um novo projeto de desenvolvimento que rompa com a lógica da monocultura, do latifúndio e de todas as formas de dominação que moldam as relações sociais, de consumo e incentivam alimentação não saudável à população (Campello, 2018).

Desta maneira, a formação de educadores populares pela soberania alimentar destaca-se como uma estratégia essencial de mobilização na luta por justiça social e ambiental. Ao unir princípios da educação popular e da agroecologia, essa formação promove uma leitura crítica da realidade, incentivando os sujeitos a se tornarem agentes transformadores em suas comunidades, promovendo a valorização dos conhecimentos territoriais e incentivando ações concretas que promovam sistemas alimentares mais justos, saudáveis e sustentáveis.

3 Metodologia

O trabalho utilizou uma abordagem qualitativa, desenvolvida a partir das atividades realizadas no projeto de extensão “Universidade e Movimentos Sociais pela Soberania Alimentar: organização popular, agrobiodiversidade e sementes crioulas”. O foco da pesquisa

centrou-se no curso “Formação de Educadores Populares pela Soberania Alimentar”, uma experiência de educação popular voltada para fomentar a construção coletiva de saberes e práticas relacionadas à soberania alimentar.

Idealizado por professoras e estudantes da UFPE, militantes do MCP, pesquisadores e camponeses, o curso foi desenvolvido como uma formação participativa voltada para fortalecer a construção da soberania alimentar. Os encontros formativos ocorreram presencialmente no Centro de Ensino de Graduação (CEGOE) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), na Região Metropolitana do Recife, visando ampliar o papel tradicional da universidade. Esses encontros reuniram estudantes de diversas instituições e membros de movimentos sociais como o MCP, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

A formação foi organizada em cinco módulos temáticos, sendo eles: Módulo I: “Como funciona a sociedade”, o Módulo II: “Questões agrárias e ambientais”, Módulo III: “Racismo, patriarcado e capitalismo”, Módulo IV: “Questão alimentar e políticas públicas, Módulo V: “Educação popular”. Esses módulos fomentaram o desenvolvimento coletivo do respeito à natureza, produção e consumo de alimentos saudáveis, mobilização em combate à fome, efetivação da economia solidária e a troca de saberes entre os participantes.

Visando à materialização da Educação Popular como potencial transformador da realidade (Freire, 1999), o curso utilizou metodologias centradas nos sujeitos participantes. Foram desenvolvidos trabalhos em grupo, leituras, reflexões críticas sobre a realidade social, a relações com alimentação, territórios, comunidades e agroecologia promovendo a participação coletiva, emancipação, autonomia e valorização dos saberes e experiências já existentes.

Os dados foram coletados por meio da observação participante, rodas de conversa, registros e relatorias das atividades realizadas nas formações. Ao final do curso, considerando o processo de ensino-aprendizagem, foi aplicada uma atividade de livre produção, que possibilitou aos educandos expressarem seus aprendizados em formatos diversos como textos, vídeos, músicas e desenhos. Os procedimentos éticos foram rigorosamente seguidos, conforme as diretrizes estabelecidas na Resolução nº510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos do trabalho e orientados quanto ao uso de suas produções.

A análise dos dados considerou as produções realizadas, as trocas de saberes e as reflexões críticas emergentes das interações entre os participantes. Como principais referenciais teóricos, foram utilizados princípios da Educação Popular freiriana, que orienta as práticas pedagógicas voltadas à emancipação, participação ativa e valorização dos saberes populares.

Também utilizou-se como referencial autores que discutem transversalmente a agroecologia, capitalismo, soberania alimentar e economia solidária.

Essa metodologia possibilitou compreender como a formação de educadores populares pode sensibilizar os participantes sobre a soberania alimentar, fortalecendo a articulação entre saberes acadêmicos e populares para o enfrentamento de desigualdades estruturais.

4 Resultados e Discussão

Os resultados obtidos através das atividades e interações realizadas no curso “Formação de Educadores Populares pela Soberania Alimentar”, apresentaram avanços fundamentais em relação à sensibilização dos participantes acerca da soberania alimentar. O curso fomentou a articulação entre diferentes sujeitos, promovendo a construção coletiva de saberes e práticas pedagógicas voltadas à transformação social.

As atividades formativas, organizadas em cinco módulos, proporcionaram discussões críticas sobre desigualdades estruturais relacionadas à questão alimentar, exploração ambiental, economia, racismo, patriarcado e capitalismo. Além disso, enfatizaram a importância da construção e efetivação de políticas públicas e da educação popular para a construção de alternativas emancipatórias. A troca de saberes entre sujeitos de diferentes territórios mostrou-se essencial na compreensão sobre a relação intrínseca entre alimentação, território e meio ambiente.

Fundamentadas nos princípios da Educação Popular de Paulo Freire (1999), as vivências em grupo foram basilares para potencializar as práticas pedagógicas centradas na valorização dos saberes pré-existentes dos sujeitos. A sistematização de experiências, a promoção de leituras e reflexões críticas possibilitaram uma compreensão profunda sobre as dinâmicas da sociedade que sustentam a insegurança alimentar e a fome. Conforme relatado nas rodas de conversa, os educandos identificaram a importância da participação social, da consciência crítica e agroecologia e das lutas locais e globais de forma coletiva em torno da produção de alimentos saudáveis e do combate à desigualdade.

A atividade final evidenciou que os conhecimentos construídos durante o módulo foram internalizados. As produções revelaram não apenas a apropriação dos conceitos discutidos, como a capacidade dos sujeitos de vincular os saberes teóricos com suas vivências pessoais, comunitárias e territoriais. Foram observadas produções que relacionam práticas de plantio agroecológico com a resistência cultural e territorial, novas formas de economia sobre produção sustentável como a economia solidária.

Quanto às análises das interações, a formação contribuiu para a construção de um senso de coletividade e mobilização política. Os participantes relataram a percepção de que ações organizadas em grupo possuem maior alcance e impacto sociopolítico. Esse resultado está intrínseco ao referencial freiriano, que enfatiza o papel da conscientização coletiva como motor para a transformação social (Freire, 1997). Isso oportunizou a ruptura com a lógica tradicional do ensino bancário, pois incentivou os participantes a assumirem um papel ativo no processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, as atividades realizadas reforçaram que a soberania alimentar é uma pauta urgente que exige abordagens interseccionais para seu enfrentamento. A articulação entre universidades e movimentos sociais não só reforçou os resultados da mobilização coletiva, como mostrou-se um modelo potente para aproximar saberes acadêmicos e populares, contribuindo para o fortalecimento de ações emancipatórias, no combate à fome e às desigualdades sociais.

Dessa forma, os resultados indicam que a formação de educadores populares pela soberania alimentar não apenas sensibilizou os participantes sobre a relevância do tema, como instrumentalizou-os para atuar em seus contextos, promovendo ações concretas e novas formas de se relacionar com o território, valorizando práticas sustentáveis e estratégias agroecológicas.

5 Conclusões

A formação de educadores populares pela soberania alimentar mostrou-se uma experiência significativa e transformadora, evidenciando-se como um potencial sensibilizador para questões sociais, ambientais e econômicas. Através da articulação entre educação popular, agroecologia e economia solidária, as atividades realizadas permitiram a construção coletiva, valorização de saberes populares e o fortalecimento de práticas pedagógicas emancipatórias

Os educandos e educadores de diferentes contextos, organizações e territórios, vivenciaram processos formativos que possibilitaram a construção de reflexões críticas sobre a realidade social, a conscientização sobre soberania alimentar e a mobilização para ações coletivas em suas comunidades. Como resultado do curso de formação, evidenciou-se como a força da coletividade e iniciativas unificadas conseguem ter uma amplitude de maior envergadura sociopolítica, tendo a educação como instrumento de transformação, integrando saberes acadêmicos e populares na busca por um modelo mais justo e sustentável.

Por efeito, os limites impostos pelo capitalismo apontam para a necessidade de aprofundar os debates e ampliar a abrangência dessas ações. Questões estruturais como o acesso a recursos, a resistência de estruturas hegemônicas e a continuidade dos processos formativos

precisam de constantes mobilizações para enfrentá-los. Seguindo essa perspectiva, sugere-se, o fortalecimento de parcerias entre universidades, movimentos sociais e comunidades para consolidar e ampliar projetos que promovam a soberania alimentar, agroecologia e educação popular, bem como a criação, promoção e efetivação de políticas públicas que apoiem e institucionalizem tais iniciativas.

Deste modo, a experiência relatada neste trabalho reitera o papel transformador da educação popular e destaca a urgência de articulação entre essas esferas, para que proporcione ferramentas necessárias para compreensão e superação das desigualdades estruturais, através da promoção de práticas sustentáveis, equitativas, comprometidas com a justiça social e ambiental que valorizam a biodiversidade, os saberes locais e a autonomia das comunidades.

7 Referências

- ALMEIDA, Jalcione. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- CAMPELLO, Tereza et al. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde em Debate** [online]. 2018, v. 42, n. spe3. Acesso 12 out. 2024], pp. 54-66. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042018S305>>.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34ª.Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Que fazer: Teoria e prática em Educação Popular**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GUERRA, Clarissa; SILVA, Beatriz. Direito à Soberania Alimentar no Capitalismo Periférico. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, n. 4, p. 2198–2224, dez. 2022.
- JESUS, S. M. S. A. As múltiplas inteligibilidades na produção dos conhecimentos, práticas sociais, estratégias de inclusão e participação dos movimentos sociais e sindicais do campo. In: MOLINA, C. M. (Org.). **Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- SINGER, P. A recente ressurreição da Economia Solidária. In: SOUSA SANTOS, B. (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 81-129.
- SINGER, P. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TONET, I. Educação e formação humana. **Ideação**, [S. l.], v. 8, n. 9, p. p. 09–21, 2000. DOI: 10.48075/ri.v8i9.852. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/852>. Acesso em: 10 nov. 2024.